

Nota Informativa

Edição 053/2024

DESTAQUES

- Regulamentação da reforma tributária chegará ao Congresso na próxima semana
- Regulamentação de redes sociais no Brasil é inevitável, diz Pacheco
- Receita Federal vai abrir consulta pública para aprimorar informe sobre transações com criptoativos

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Anatel, Unesco e MRE assinam acordo de cooperação técnica sobre conectividade significativa e inteligência artificial
- Líder do governo defenderá que Câmara vote o PL das redes sociais até o recesso parlamentar
- Messias, da AGU, diz que em breve saem propostas contundentes de regulação das big techs
- Google reforça aposta em chips próprios para fazer frente aos altos custos com inteligência artificial
- Relator fará novo parecer do projeto que regulamenta plataformas digitais
- Centro de Estudos debate incentivos para o setor de tecnologia da informação na reindustrialização
- Regulação de plataformas: 'Na ausência de lei, o Judiciário acaba decidindo', destaca Pacheco
- Entidades de mídia pedem proteção de direito autoral por sistemas de IA

CCT ouve ministra Luciana Santos em audiência pública na quarta-feira

Exercício de incidente cibernético, promovido pela Fiesp, busca troca de experiências entre setor privado e autoridades

Após falas de Musk sobre Justiça brasileira, Juscelino Filho critica “intromissão”

Inauguração da Infovia Potiguar marca nova era de conexão de alta velocidade no RN

Prefeitura do Rio assina convênio inédito na América do Sul para utilizar de Inteligência Artificial em projetos urbanos

Ataques de Elon Musk e reação do STF reavivam regulação das redes sociais

Governo e Anatel reavaliam criação da Agência Nacional de Cibersegurança

Anatel é exemplo a ser seguido no Comitê Nacional de Segurança Cibernética

Anatel lança guias de segurança cibernética e quer adesão das teles

Mais da metade das cidades paulistas já atualizaram a "Lei das antenas" para receber o 5G

Ministro das Comunicações pede regulação das mídias digitais

TSE deixa Anatel de sobreaviso para eventual bloqueio ao X, de Elon Musk

Secretaria de Direitos Digitais mira relação de consumidor e plataformas

Capitais do Nordeste e Norte ficam para trás em antenas 5G por habitantes

MP cria manual para contratações de soluções de TI e de inovação

REFORMA TRIBUTÁRIA

Rumos da reforma tributária em 2024

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretária Leany Lemos deixa Ministério do Planejamento

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad quer encaminhar repactuação de dívida dos Estados quando voltar do G20, na próxima semana

Lula deve assinar na quinta MP com microcrédito para CadÚnico e Desenrola para pequenas empresas

Pela oitava semana, mercado aumenta projeção de crescimento do PIB

Debatedores criticam repasse de 40% dos fundos constitucionais a bancos

CAE do Senado aprova isenção do IR para até 2 salários mínimos

Brasil ajuda a ampliar papel de emergentes no comércio global, segundo FMI

Portaria institui o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal

Haddad: tempo se esgota para definir meta fiscal factível para 2025

Setor de telecom recolheu R\$5 bilhões para fundos setoriais em 2023

Moeda digital e Cadastro Digital Certificado devem ser temas de debates

Após reunião com Pacheco, Padilha diz que governo busca solução para dívida de Minas com União

JUDICIÁRIO

Toffoli: Ação sobre responsabilização de 'big techs' será encaminhada a julgamento até fim de junho

A decisão do STF e os limites à solicitação de RIFs ao Coaf

STF pode acelerar julgamento de duas ações que questionam Marco Civil da Internet após embate com Musk

STF derruba exigência de licença ambiental para instalação de estações de telefonia celular na Bahia

POLÍTICA

Base aliada vai trocar fim de urgência de PL do Uber por calendário para aprovar texto este semestre

Haddad quer defender agenda de reformas econômicas nos EUA

Governo pode liberar R\$ 3 bilhões em emendas de comissão para agradar base aliada

Vice líder do governo sugere dar nome ao PL de regulamentação de motoristas para melhorar comunicação

DESTAQUES

Regulamentação da reforma tributária chegará ao Congresso na próxima semana

Poder Legislativo | 08/04/2024 – 18h49min

O governo deve enviar na semana do dia 17 ao Congresso dois projetos de lei que regulamentam pontos da reforma tributária (Emenda Constitucional 132), aprovada pelo Congresso em 2023. A informação foi transmitida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após reunião com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, lideranças no Congresso e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. — Nos comprometemos, aqui, a encaminhar semana que vem complementação da reforma tributária. Ela já está fechada na Fazenda, mas há uma tramitação a ser feita na Casa Civil. Vai chegar

ao presidente da República, que passará a mensagem. Temos compromisso de que, na semana que vem, ela chega ao Congresso. Discutimos a possibilidade de serem dois projetos de lei complementar, para dar conta de todo o arcabouço que regulamenta a emenda constitucional — informou Haddad. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulamentação de redes sociais no Brasil é inevitável, diz Pacheco

Poder Legislativo | 08/04/2024 – 21h07min

O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na segunda-feira (8) que a regulamentação das redes sociais no país é inevitável para que não haja discricionariedade por parte das plataformas. “O que podemos contribuir para efetivação da solução desse debate que se travou nos últimos dias é entregar marcos legislativos que sejam inteligentes e eficientes para poder disciplinar o uso dessas redes sociais no país”, disse o senador, em entrevista coletiva, após manifestações do empresário Elon Musk, dono da rede X, sobre decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Segundo Pacheco, é preciso ter uma disciplina legal sobre o tema, inclusive para evitar que o Poder Judiciário tenha que decidir sobre questões relativas ao uso das redes sociais sem que haja uma lei que discipline o assunto. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita Federal vai abrir consulta pública para aprimorar informe sobre transações com criptoativos

Poder Executivo | 08/04/2024 – 18h25min

A Receita Federal vai abrir consulta pública, este ano, para aprimorar a Instrução Normativa 1.888/2019, pela qual o órgão passou a captar informações sobre as transações dos brasileiros com criptoativos, abrangendo tanto as operações realizadas em plataformas nacionais, quanto em exchanges estrangeiras e no formato peer-to-peer (P2P). Em apresentação do Relatório Anual de Fiscalização 2023-2024, na sexta-feira (5), a Receita afirmou que a atualização da IN visa alinhar-se ao modelo internacional CARF e coletar novas informações que refletem a evolução dos produtos e serviços viabilizados pelo ecossistema cripto. O CARF (Crypto-asset Reporting Framework) foi elaborado pela OCDE, em 2022, e especifica “um novo modelo de intercâmbio de informações de criptoativos, a ser implementado nos próximos anos por um contingente razoável de jurisdições, membros e não membros da organização”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel, Unesco e MRE assinam acordo de cooperação técnica sobre conectividade significativa e inteligência artificial

Poder Executivo | 09/04/2024 – 13h24min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) assinaram na terça-feira (9/4) acordo de cooperação técnica sobre conectividade significativa e inteligência artificial. O acordo foi anunciado durante o evento "Inteligência Artificial e o Futuro da Conectividade: uma Visão Coletiva", promovido pela Anatel em sua sede em Brasília. Em relação à conectividade significativa, o objetivo imediato do acordo é atuar sobre grupos vulneráveis, que possuem dificuldades na realização de atividades na internet por falta de habilidades digitais. Espera-se que as iniciativas a serem adotadas no âmbito da cooperação técnica resultem no aumento

da capacidade e confiança de idosos e jovens para realizar atividades online. Em relação à conectividade significativa, o objetivo imediato do acordo é atuar com grupos vulneráveis que possuem dificuldades na realização de atividades na internet por falta de habilidades digitais. Espera-se que as iniciativas a serem adotadas no âmbito da cooperação técnica resultem em um diagnóstico robusto e em ações para aumento da capacidade e confiança de idosos e jovens para realizar atividades online. Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líder do governo defenderá que Câmara vote o PL das redes sociais até o recesso parlamentar

Poder Legislativo | 09/04/2024 – 12h56min

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou na terça-feira (9) que defenderá que o projeto de lei de regulamentação das redes sociais seja apreciado pelos deputados até o recesso parlamentar. A discussão entre o bilionário Elon Musk, dono do “X” (antigo Twitter), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, determinou a retomada das articulações para que a proposta seja analisada. “Eu quero introduzir um outro tema para ser votado nesse período [até o recesso parlamentar] que é o PL 2630 [PL das redes sociais], que é muito importante por tudo que está acontecendo no país. Tem muita coisa em jogo. Quero que a Câmara paute essa proposta”, disse Guimarães a jornalistas após participar de reunião com líderes de partidos da base do governo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Messias, da AGU, diz que em breve saem propostas contundentes de regulação das big techs

Poder Executivo | 09/04/2024 – 12h49min

O Advogado Geral da União (AGU), Jorge Messias, postou em suas mídias sociais que em breve o Estado brasileiro “apresentará propostas concretas e contundentes” de regulação das big techs, inclusive com alcance internacional. O ministro fez essa declaração após participar de reunião na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, nos Estados Unidos. Segundo Messias, da AGU, a sua presença no fórum foi para denunciar ataque coordenado pela extrema direita transacional contra a democracia brasileira. “As big techs precisam prestar contas e respeitar a legislação dos países onde operam. No Brasil, a liberdade de expressão é sagrada, mas não existe imunidade digital para cometimento de crimes”, reforçou o chefe da AGU. Depois de forte críticas à democracia brasileira, e em particular ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Alexandre de Moraes proferida pelo bilionário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter) no final de semana, houve uma ampla reação das três esferas da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – contra a ação de Musk. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Google reforça aposta em chips próprios para fazer frente aos altos custos com inteligência artificial

Mercado | 09/04/2024 – 10h30min

O Google vai fabricar mais chips próprios, lançando novo hardware que pode responder a tudo, desde à publicidade no YouTube até a análise de dados, num momento em que a empresa procura combater o aumento dos custos com inteligência artificial. O novo chip, chamado Axion, soma-se aos esforços da Google de mais de uma década para desenvolver novos recursos de computação, começando com chips especializados para o trabalho de inteligência artificial. O Google reforçou essa estratégia desde que, no fim de 2022, o lançamento do ChatGPT deu início a uma disputa que ameaça sua posição dominante como

porta de entrada à internet. Os esforços nos chips prometem reduzir a dependência da Google de fornecedores externos e concorrer com parceiros de longa data como Intel e Nvidia, disseram analistas. Executivos do Google dizem que não veem a decisão como uma competição. “Vejo isto como uma base para fazer aumentar o tamanho do bolo”, afirmou Amin Vahdat, vice-presidente do Google, que supervisiona as operações internas de chips. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator fará novo parecer do projeto que regulamenta plataformas digitais

Poder Judiciário | **09/04/2024 – 09h24min**

O duelo travado entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e o empresário Elon Musk, dono da rede X, reverbera no Congresso Nacional, onde os debates em torno do PL das Fake News voltaram com força na segunda-feira (8). Embora o embate tenha aumentado a pressão pela regulamentação das redes sociais, prevista no Projeto de Lei 2630/2023, ainda não há previsão de quando o texto será votado. Um novo parecer, contudo, já está em andamento pelo relator da matéria, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Na gaveta desde abril do ano passado, quando foi retirado da pauta da Câmara por falta de acordo entre os parlamentares, o PL das Fake News estava pronto para ser votado. Mas parlamentares envolvidos diretamente nas discussões entendem que, mesmo que haja acordo para votação da proposta, o texto precisa de um novo relatório devido à crise desencadeada por Elon Musk. A disputa tem sido usada como combustível para alimentar a extrema direita no país. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Centro de Estudos debate incentivos para o setor de tecnologia da informação na reindustrialização

Poder Legislativo | **09/04/2024 – 07h11min**

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes) discute na terça-feira (9) alterações legislativas para incentivar o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na reindustrialização brasileira. A proposta é buscar a avaliação de autoridades, especialistas e representantes do setor sobre a necessidade de incentivos e instrumentos adequados na política industrial para o desenvolvimento das TICs no País. Também devem ser analisados os benefícios dessas atividades sobre a inovação e sobre a transição energética e a descarbonização. A partir deste e de outros debates, será elaborado um estudo com elementos para contribuir para o planejamento de uma reindustrialização sob bases novas. O estudo tem como relatores os deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), Pedro Uczai (PT-SC) e Dr. Luiz Ovando (PP-MS). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulação de plataformas: ‘Na ausência de lei, o Judiciário acaba decidindo’, destaca Pacheco

Poder Executivo | **08/04/2024 – 21h45min**

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) reforçou na segunda-feira, 8, a importância de regular plataformas digitais, destacando que os senadores já fizeram a parte deles com a aprovação do PL 2630/2020, projeto que depende da Câmara dos Deputados para avançar. Pacheco também citou o debate sobre o marco legal da Inteligência Artificial que, por outro lado, já conta com uma das propostas aprovada pela Câmara, mas segue no Senado, agora acrescido de um anteprojeto de juristas, objeto de comissão temática.

O parlamentar defendeu a implementação de conceitos como transparência, responsabilidade e ética. “O que o Senado pode fazer, e a Câmara igualmente, é entregar para a sociedade leis que possam reger essas questões para evitar que caiba ao Poder Judiciário fazê-lo. [...] Obviamente, o Judiciário acaba decidindo na ausência de lei”, afirmou Pacheco em coletiva de imprensa na residência oficial, na tarde de segunda. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Entidades de mídia pedem proteção de direito autoral por sistemas de IA

Mercado | 08/04/2024 – 17h15min

Em carta enviada a senadores na segunda-feira, 8, um total de 26 entidades do setor musical, audiovisual, editorial, dramaturgia e jornalístico apresentaram propostas sobre a preservação de direito autoral e proteção intelectual de obras e conteúdos quando usados pelos sistemas de Inteligência Artificial (IA). Assinam a carta entidades como a Abert (emissoras de TV e rádio), ABI e ANJ (imprensa), a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Ecad, além de entidades representantes de classes e da Comissão Federal de Direitos Autorais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros. Veja a íntegra da carta e suas apoiadoras. As sugestões buscam assegurar os direitos dos criadores e intérpretes de obras artísticas, obras intelectuais e produções protegidas, evitando a "subtração" de direitos da classe artística, acadêmica e jornalística, argumentam. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

CCT ouve ministra Luciana Santos em audiência pública na quarta-feira

Poder Legislativo | 08/04/2024 – 15h33min

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) agendou audiência pública para a quarta-feira (10), a partir das 11h, para ouvir a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos. Ela vai prestar informações aos senadores sobre as ações do ministério para este ano. O convite à ministra é fruto de requerimento (REQ 2/2024 - CCT) apresentado pelo atual presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG). A reunião será na sala 7 da Ala Alexandre Costa. A ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos é engenheira eletricista e já foi presidente do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco, além de deputada estadual, prefeita de Olinda (PE), secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, deputada federal e vice-governadora de Pernambuco. Ela é a primeira mulher a chefiar o MCTI. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Exercício de incidente cibernético, promovido pela Fiesp, busca troca de experiências entre setor privado e autoridades

Poder Executivo | 08/04/2024 – 14h05min

O Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves, participou, na sexta-feira (05), na Escola Senai, em São Caetano do Sul (SP), do Exercício de Simulação de Resposta a Incidente Cibernético. O evento, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) teve por objetivo trocar experiências entre o setor privado e autoridades sobre como responder adequadamente a um incidente cibernético. Durante a abertura da simulação, Waldemar anunciou, para este mês, resolução sobre Comunicado de Incidente de Segurança (CIS), documento que as organizações devem enviar à ANPD caso ocorra risco de dano significativo à integridade de seus bancos de dados. “Com mais essa normatização, a Autoridade amplia a segurança jurídica ao determinar com clareza as informações que precisam ser comunicadas ao órgão”,

disse. O servidor destacou, ainda, a importância do evento, uma vez que todos, pessoas físicas e organizações, estão sujeitos a ataques. Enfatizou, também, que, mais do que saber o que é fazer, é preciso treinar os procedimentos de forma a minimizar danos à própria organização e a terceiros. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Após falas de Musk sobre Justiça brasileira, Juscelino Filho critica “intromissão”

Poder Executivo | 08/04/2024 – 13h13min

Após o dono do X (antigo Twitter) Elon Musk usar a plataforma para criticar a Justiça brasileira, o ministro das telecomunicações, Juscelino Filho, postou mensagem afirmando que o Brasil não pode permitir “nenhuma intromissão externa” que ameace a soberania nacional. Filho defendeu ainda a retomada de projetos de lei no Congresso Nacional para “garantir mais segurança ao ambiente digital e, principalmente, combater a disseminação de informações falsas e do discurso de ódio”. O Secretário de Políticas Digitais da Secom/Presidência da República, também usou a rede social para criticar Musk. João Brant afirmou que o dono do X facilitou a proliferação de conteúdo racista na rede, enquanto restringiu o acesso de pesquisadores a dados da plataforma. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inauguração da Infovia Potiguar marca nova era de conexão de alta velocidade no RN

Poder Executivo | 08/04/2024

“Não existe inclusão social sem inclusão digital”. Foi assim que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, resumiu a importância do investimento em conexão de internet de alta velocidade no país. Essa fala fez parte de seu discurso na cerimônia de entrega de primeira fase da Infovia Potiguar, realizada na segunda-feira, 8/4, na Escola de Governo, em Natal-RN. A Infovia Potiguar é uma das 18 infovias estaduais que serão construídas para democratizar o acesso à educação, pesquisa e inovação nos estados, levando a mesma qualidade e segurança de conexão ao interior que é ofertada nas grandes capitais. Somente no Rio Grande do Norte, serão conectados, inicialmente, 21 municípios, beneficiando universidades, institutos de educação e pesquisa, escolas da rede básica, hospitais de ensino e outros órgãos públicos. O projeto é dividido em três fases. Na primeira, já concluída, foram construídas as redes metropolitanas de Ceará-Mirim, João Câmara, Pau dos Ferros e São Gonçalo do Amarante, além de trechos de longa distância de Ceará-Mirim a João Câmara e de Pau dos Ferros a Mossoró. São cerca de 406 quilômetros de fibra óptica. Fonte: ASCOM RNP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prefeitura do Rio assina convênio inédito na América do Sul para utilizar de Inteligência Artificial em projetos urbanos

Poder Executivo | 08/04/2024

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia (SMCT), assinou um convênio com o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) para criação do Senseable Rio Lab, laboratório que servirá como teste para projetos urbanos que implementam tecnologias como inteligência artificial visual, a fim de estudar assentamentos informais no município do Rio e que contribuirá de forma eficaz no planejamento urbano e melhorias na cidade. O MIT, nos EUA, é uma das universidades mais famosas do mundo, com foco em tecnologia e reconhecida pelas pesquisas científicas e também por ideias de seus estudantes e acadêmicos em negócios bem-sucedidos. “Queremos fazer da inteligência artificial uma grande aliada na criação de soluções urbanas sustentáveis. Mapear as cidades digitalmente nos permite criar e visualizar soluções inovadoras para desafios em infraestrutura,

habitação, reflorestamento e diversas outras áreas. É a tecnologia a serviço de todos os cariocas", afirmou o prefeito Eduardo Paes. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ataques de Elon Musk e reação do STF reavivam regulação das redes sociais

Poder Judiciário | **08/04/2024**

Os ataques do bilionário Elon Musk ao Judiciário brasileiro provocaram não apenas uma forte reação do Supremo Tribunal Federal, que incluiu o dono do ex-twitter, hoje X, no inquérito das fake news como abriu um novo, para apurar os crimes de obstrução da Justiça e organização criminosa. "O inconformismo contra a prevalência da democracia continua a se manifestar na instrumentalização criminosa das redes sociais", disparou, em nota, o presidente do STF, Luis Roberto Barroso. "Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do Estado de Direito e que faremos prevalecer no Brasil." No sábado, 6/4, Musk atacou decisões do ministro Alexandre Moraes, do STF, que determinam o bloqueio de contas de brasileiros acusados de disseminar informações falsas por meio da plataforma X. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo e Anatel reavaliam criação da Agência Nacional de Cibersegurança

Poder Executivo | **08/04/2024**

A proposta de criação de uma Agência Nacional de Cibersegurança é um dos principais temas em discussão no recém montado Comitê Nacional de Cibersegurança, tendo a Anatel e o Ministério da Gestão na liderança do assunto, com a perspectiva de um posicionamento oficial entre seis meses e um ano. "A sociedade está cada vez mais digitalizada e a tendência é que passemos a ser ainda mais digitais, não só como cidadãos, mas com as coisas conectadas, as indústrias vão se digitalizando. Então, é importante que todos os setores da economia percebam a importância de aumentar a segurança cibernética", afirmou o superintendente de Controle de Obrigações e coordenador do GT Ciber da agência, Gustavo Borges, que representa a Anatel no CNCiber. "A Anatel participa dos três subgrupos criados no CNCiber e divide a relatoria com o MGI no GT que discute a questão de um órgão nacional. Vamos fazer uma avaliação do que foi proposto pelo GSI, a necessidade e de que forma poderia ser estruturado", explicou Borges, que participou do Tech Gov Forum 2024, promovido pela Network Eventos. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel é exemplo a ser seguido no Comitê Nacional de Segurança Cibernética

Mercado | **08/04/2024**

O Brasil é um dos países mais avançados em segurança cibernética e ter o Comitê Nacional de Segurança Cibernética é uma ação estratégica para permitir uma migração mais tranquila para a transformação digital, aponta o CSO da Huawei Brasil, Marcelo Motta. À CDTV, do portal Convergência Digital, durante o Tech Gov Fórum Brasil, realizado pela Network Eventos, o executivo diz que a Anatel é um bom exemplo a ser seguido. "A Anatel implantou medidas para mitigar os riscos em telecomunicações, com regulações podendo ser adotadas por outras agências e órgãos públicos", sugere Motta. No caso da Huawei, o executivo diz que a empresa investiu 2 bilhões de dólares em engenharia de software para gerir melhor a construção dos seus software. Foram quatro anos e o projeto foi concluído no ano passado. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

Anatel lança guias de segurança cibernética e quer adesão das teles

Poder Executivo | 08/04/2024

A Anatel enviou às operadoras de telecomunicações um chamado para que adotem dois Guias Orientativos de Segurança Cibernética, com o objetivo de balizar o cumprimento do Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações (R-Ciber). As recomendações da agência estão em um guia básico e outro específico para DevSecOps, ambos em PDF. A agência entende que esses guias são cruciais para garantir a conformidade com os princípios e diretrizes em segurança cibernética. Os documentos cobrem aspectos como autenticidade, confidencialidade, disponibilidade, diversidade, integridade, interoperabilidade, prioridade, responsabilidade e transparência. "Adotar e integrar estas práticas recomendadas não só significa a adoção de boas práticas alinhadas à regulamentação e a proteção da sua rede e seus consumidores, mas também estará contribuindo significativamente para a segurança e resiliência do ecossistema do telecomunicações no Brasil", destaca a Anatel. A ideia é que as empresas revisem e integrem os materiais em suas operações. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Mais da metade das cidades paulistas já atualizaram a "lei das antenas" para receber o 5G

Mercado | 08/04/2024

InvestSP tem mobilizado gestores locais para acelerar a chegada da tecnologia. Das 645 cidades paulistas, 332, portanto 51,4%, já atualizaram a chamada "lei das antenas", procedimento fundamental para a chegada da internet 5G. Os dados são da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), do Governo de São Paulo. O número representa alta de 444% em relação às 61 cidades que contavam com leis atualizadas no fim de 2022. No primeiro semestre de 2023, a SDE e a InvestSP lançaram o programa TecnoCidades e iniciaram uma mobilização com gestores locais de todas as regiões paulistas para levar informação e orientar prefeituras e câmaras municipais no processo de atualização das leis. Com isso, 158 cidades no Estado (24,5% do total) ou já contam com 5G ou estão em processo de instalação e licenciamento das antenas, indicam dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Ministro das Comunicações pede regulação das mídias digitais

Poder Executivo | 07/04/2024 – 22h58min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, se manifestou publicamente (ironicamente utilizando a rede X) contra as manifestações de ataque do empresário Elon Musk contra o ministro do Supremo e presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Segundo Juscelino Filho, "a soberania do Brasil deve ser respeitada e não podemos permitir nenhuma intromissão externa que a ameace. Somos um país democrático, com Poderes constituídos e independentes. As redes sociais não são uma terra sem lei". Juscelino Filho disse ainda, em outra postagem, que "é preciso que a discussão sobre a regulamentação dessas mídias

avance no Congresso Nacional para garantir mais segurança ao ambiente digital e, principalmente, combater a disseminação de informações falsas e do discurso de ódio". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TSE deixa Anatel de sobreaviso para eventual bloqueio ao X, de Elon Musk

Poder Executivo | 07/04/2024 – 16h33min

A Anatel se movimentou no domingo, 7, após interlocução com assessores do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para deixar as operadoras de telecomunicações de prontidão a uma eventual ordem judicial de bloqueio das atividades da plataforma X (ex-Twitter), em decorrência dos ataques que Elon Musk (controlador do X) tem proferido pela plataforma contra o Tribunal Superior Eleitoral e seu presidente. A informação foi publicada pela jornalista Andreza Matais, do UOL, e confirmada por este noticiário junto a fontes na agência de telecomunicações. Segundo apurou TELETIME, qualquer determinação da Anatel nesse sentido será necessariamente precedida de uma ordem judicial. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secretaria de Direitos Digitais mira relação de consumidor e plataformas

Poder Executivo | 05/04/2024 – 18h41min

A Secretaria de Direitos Digitais (SEDIG) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) deve ter as relações de consumo entre cidadãos e plataformas de Internet como uma das prioridades em 2024, apontou a advogada Lílian Cintra de Melo, que em março assumiu a secretaria. Segundo Melo, o MJSP continuará ativo no debate sobre a regulação de plataformas digitais em diversas frentes. Uma delas é na consulta pública do Ministério da Fazenda. "O Ministério da Justiça e Segurança Pública irá colaborar com o Ministério da Fazenda em consulta pública que tratará dos aspectos econômicos das big techs como práticas abusivas aos consumidores e prejuízos à livre concorrência. O objetivo é que o Governo conclua o relatório da consulta e envie uma proposta ao Congresso Nacional", disse ao TELETIME a secretária. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Capitais do Nordeste e Norte ficam para trás em antenas 5G por habitantes

Mercado | 05/04/2024 – 16h19min

Capitais nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil ainda concentram as maiores quantidades de antenas 5G para cada 10 mil habitantes. Recife é a única representante nordestina na lista das dez cidades com os maiores números neste indicador. No Norte, a capital mais bem avaliada no ranking é Belém, mas ela só aparece no 13º lugar. O cruzamento de informações realizado por TELETIME levou em consideração os dados da implantação 5G Standalone na faixa 3,5 GHz nas capitais, divulgados pela Anatel em fevereiro. Já as informações sobre a população destas cidades é do Censo demográfico brasileiro de 2022, do IBGE. Boa Vista é a capital com a menor densidade de antenas 5G. A cidade mais populosa de Roraima tem apenas 1,02 estação rádio base (ERB) 5G na faixa de 3,5 GHz para cada 10 mil moradores. Em outubro de 2023, esse número era de 0,97. O cenário de acesso à geração mais moderna da rede móvel visto em Boa Vista é bem diferente do observado em Brasília, onde essa taxa chega a 3,83. A sede do Governo Federal e o Rio de Janeiro são as únicas capitais do País em que o número de ERBs 5G na faixa de 3,5 GHz para cada 10 mil habitantes fica acima de 3,5. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MP cria manual para contratações de soluções de TI e de inovação

Poder Executivo | 05/04/2024

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicou na sexta-feira, 5 de abril, o Manual de Orientações Técnicas (MOTec) para Contratações de Tecnologia da Informação (TI) no Ministério Público brasileiro. O manual orienta os processos de trabalho das contratações de soluções de TI e soluções de inovação, principalmente quanto ao planejamento, seleção de fornecedores e gestão contratual. O documento foi instituído pela Resolução nº 283/ 2024, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação. O texto da resolução foi aprovado, por unanimidade, em 12 de dezembro, durante a 19ª Sessão Ordinária de 2023. A proposta é de autoria do presidente da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do CNMP e da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital), conselheiro Moacyr Rey. O relator foi o conselheiro Antônio Edílio Magalhães. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Rumos da reforma tributária em 2024

Poder Legislativo | 09/04/2024 – 13h

O evento Rumos 2024, promovido por este jornal Valor Econômico, como não poderia deixar de ser, debateu o tema da reforma tributária no segundo painel. Sob a batuta de Marta Watanabe, apresentaram suas perspectivas o senador Eduardo Braga, relator da reforma tributária no Senado Federal, e Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Dessa “conversa”, podemos vislumbrar os rumos da reforma tributária em 2024. Certamente, este ano será dedicado à regulamentação da reforma tributária. Com isso, por exemplo, ficará suspenso o debate sobre alterações significativas na tributação da renda. Algumas questões pontuais sobre imposto de renda devem ser conduzidas no Parlamento, como, por exemplo, ajustes na tributação do mercado financeiro e de capitais. No entanto, a substituição da tributação do lucro da pessoa jurídica para a tributação dos dividendos deve ficar para anos vindouros. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretária Leany Lemos deixa Ministério do Planejamento

Poder Executivo | 08/04/2024 – 21h18min

Responsável por comandar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a economista Leany Lemos deixou a Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento. Segundo o ministério, a exoneração ocorreu a pedido da própria secretária. No lugar de Leany, assumiu o cargo a secretária-adjunta, Virgínia de Ângelis. Servidora de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2006, a nova secretária tem longa atuação nas áreas de planejamento e orçamento governamental e gestão fiscal. “O foco do trabalho é consolidar o PPA como um instrumento de orientação e gestão do gasto público no médio prazo e lançar as bases para o planejamento de longo prazo no país”, afirmou De Ângelis em nota divulgada pelo Ministério do Planejamento. O cargo de secretário-adjunto de Planejamento será anunciado posteriormente. No comunicado de afastamento, Leany Lemos disse ter o sentimento de missão cumprida e estar pronta para novos desafios. Ela retorna ao Senado, onde é consultora legislativa, e retomará atividades acadêmicas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**Haddad quer encaminhar repactuação de dívida dos Estados quando voltar do G20, na próxima semana**Poder Executivo | **08/04/2024 – 15h25min**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira (8) que pretende encaminhar a proposta final da repactuação da dívida dos Estados assim que voltar de sua viagem aos Estados Unidos, na semana do dia 17. "Me comprometi que, na minha volta do G20, espero receber a devolutiva dos Estados para, com base na reação [dos entes], endereçar esse tema para que não precisemos esgotar o prazo", afirmou o ministro ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Conforme mostrou o Valor na primeira semana de abril, o desgaste entre Pacheco e Haddad foi intensificado há duas semanas com o anúncio da Fazenda de uma proposta que permite aos Estados ampliarem as matrículas do ensino técnico em troca de reduzirem os juros da dívida com a União. A ideia de Haddad e sua equipe surpreendeu negativamente o presidente do Senado, que esperava uma solução mais ampla. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Lula deve assinar na quinta MP com microcrédito para CadÚnico e Desenrola para pequenas empresas**Poder Executivo | **09/04/2024 – 15h22min**

Está na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deve ser assinada na semana do dia 10 uma medida provisória para impulsionar o crédito. A proposta está sendo elaborada pelo Ministério da Fazenda há algum tempo e inclui medidas como microcrédito para inscritos no CadÚnico, Desenrola para pequenas empresas e securitização de crédito imobiliário. Segundo assessores do Palácio do Planalto, a previsão é que a MP seja assinada na quinta-feira (11), quando Lula terá uma reunião sobre o tema com ministros e auxiliares das pastas que participam da elaboração do texto. O Desenrola para Pequenas Empresas, por exemplo, é desenvolvido pela Fazenda em parceria com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Pela oitava semana, mercado aumenta projeção de crescimento do PIB**Mercado | **09/04/2024 – 14h33min**

Pela oitava semana seguida, o mercado financeiro aumentou as expectativas de crescimento da economia brasileira. De acordo com o boletim Focus, divulgado na terça-feira (9), em Brasília, pelo Banco Central, espera-se um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas riquezas produzidas no país) em 2024. Há uma semana, a expectativa era de um crescimento do PIB de 1,89% em 2024; e há quatro semanas era de 1,78%. Para os três anos subsequentes (2025, 2026 e 2027), a estimativa do mercado financeiro permanece estável em 2%. As expectativas do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – em 2024 apresentaram uma alta de 0,01 ponto percentual na comparação com a semana passada, mas elas estão acima da previsão registrada há quatro semanas. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)[Retorno ao índice](#)**Debatedores criticam repasse de 40% dos fundos constitucionais a bancos**Poder Legislativo | **09/04/2024 – 13h51min**

A proposta de repasses mínimos de recursos de fundos constitucionais de financiamento a instituições financeiras federais provocará menor capilaridade, priorização dos menos favorecidos, aumentará os riscos, provocará redução de tributos recolhidos e colocará em xeque a transparência. É o que afirmaram debatedores durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), na terça-feira (9), que ouviu especialistas para melhor instruir o PL 5.187/2019. A proposta, do senador Irajá (PSD-TO), é relatada na CDR pela senadora Margareth Buzetti (PSD-MT). O texto tem como mote principal determinar aos bancos administradores o repasse de 40% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais a outros bancos. A audiência foi solicitada pelo líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que presidiu a reunião, e pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CAE do Senado aprova isenção do IR para até 2 salários mínimos

Poder Legislativo | 09/04/2024 – 12h23min

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou na 3ª feira (9.abr.2024) o projeto de lei (PL 81/2024) que isenta o IRPF (Imposto de Renda de Pessoas Físicas) para quem recebe até 2 salários mínimos por mês. O texto foi aprovado por votação simbólica e ainda precisa passar pelo plenário da Casa Alta. Em regime de urgência, há chance de ser apreciado pelos senadores ainda na 3ª. O projeto é de autoria do líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). É uma das prioridades da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso e foi relatado na comissão pelo líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). O texto determina que o teto da faixa de isenção seja de R\$ 2.259,20. O limite já está em vigor desde fevereiro deste ano graças à MP (Medida Provisória) 1.206/2024. No entanto, o governo dará um desconto simplificado de 25% em relação à próxima alíquota a ser paga na tabela do IR, o que representa R\$ 564,80 a mais na faixa de isenção. Ou seja, fica isento de pagar o Imposto de Renda quem ganha até R\$ 2.824, o equivalente a 2 salários mínimos (R\$ 1.412). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil ajuda a ampliar papel de emergentes no comércio global, segundo FMI

Mercado | 09/04/2024 – 11h16min

O Brasil, em posição de destaque na produção de commodities agrícolas e minerais, tem exercido papel fundamental na maior participação dos países emergentes do G20 no comércio global, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A conclusão consta do quarto capítulo do World Economic Outlook (WEO), divulgado na terça (9) em Washington. “Além da China e de sua contínua produção considerável de commodities, Rússia e Arábia Saudita são importantes fornecedores de petróleo e energia, e o Brasil é um notável produtor de commodities agrícolas e minerais”, aponta o documento. Segundo o Fundo, uma participação mais forte no comércio global é refletida em uma integração financeira crescente por meio de fluxos bancários, com os empréstimos dos bancos dos países do G5 para os mercados emergentes do G20 quase dobrando desde o início dos anos 2000, aumento impulsionado pelos empréstimos à China, seguidos pelos empréstimos ao Brasil e à Índia. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Portaria institui o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal

Poder Executivo | 09/04/2024 – 10h34min

O Tesouro Nacional publicou na terça-feira (09) no Diário Oficial da União (DOU) uma portaria para instituir o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal (COGED). O objetivo desse órgão é estabelecer diretrizes para a gestão da dívida pública federal, nela consideradas as dívidas internas e externas de responsabilidade do governo federal. Além disso, apresenta um cronograma sobre as divulgações feitas pelo Tesouro. “O objetivo da dívida pública federal é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos”, informa a portaria, assinada pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: tempo se esgota para definir meta fiscal factível para 2025

Poder Legislativo | 08/04/2024 – 21h50min

Em meio a pendências com o Congresso Nacional, o governo precisa correr para definir uma meta fiscal “factível” para 2025, disse na segunda-feira (8) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No dia 15, a equipe econômica terá de enviar o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 com a meta de resultado primário para 2025. “Estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias para fixar uma meta [fiscal] factível à luz do que aconteceu de um ano para cá. Vamos nos lembrar que essa meta foi anunciada em março do ano passado, quando foi apresentado o marco fiscal”, disse o ministro, ao retornar de uma reunião no Palácio do Planalto. Para o próximo ano, o novo arcabouço fiscal prevê uma meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. O governo, no entanto, enfrentará dificuldades de arrecadação no próximo ano, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando no caixa de 2024, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor de telecom recolheu R\$ 5 bilhões para fundos setoriais em 2023

Mercado | 08/04/2024 – 20h56min

As operadoras recolheram R\$ 5 bilhões para os fundos setoriais em 2023 de acordo com o levantamento da Conexis Brasil Digital, entidade que representa as maiores teles do país. O setor contribui para cinco fundos – Fistel, Fust, Condecine, Funttel e CFRP. A organização critica o fato de que a quase totalidade dos recursos não retorna para telecomunicações, como previsto nos regulamentos. Dos R\$ 246,8 bilhões (valores atualizados pelo IPCA) recolhidos nos últimos 22 anos, apenas 8,9% foram reaplicados em telecomunicações. Em 2023, o setor recolheu R\$ 1,3 bilhão para o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Pela primeira vez desde 2001, recursos do fundo foram aplicados no financiamento de projetos de telecomunicação. O BNDES ofereceu R\$ 220 milhões em linhas de crédito para proporcionar a expansão da conectividade.

Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Moeda digital e Cadastro Digital Certificado devem ser temas de debates

Poder Legislativo | 08/04/2024 – 16h35min

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) se reúne na quarta-feira (10), às 9h30, para votar projetos de decreto legislativo (PDL) que autorizam ou renovam serviços de radiodifusão em cidades das Regiões Sul e Sudeste. Também estão na pauta requerimentos de audiências públicas para instruir projetos em análise na comissão. Entre

eles, o REQ 41/2024-CCDD, para debater a emissão de moeda soberana no formato digital. A medida consta no Projeto de Lei Complementar (PLP) 80/2023. O autor do requerimento, senador Carlos Portinho (PL-RJ), justifica no documento que, segundo informações do Banco Central do Brasil, a implementação da medida pode acarretar em ganhos expressivos de eficiência, com perspectivas promissoras de redução dos custos de crédito para os consumidores. Entretanto, ele observa que é importante observar que algumas entidades de representação da sociedade civil organizada têm expressado preocupações pertinentes em relação aos potenciais riscos para o sigilo bancário e para a privacidade dos dados das partes envolvidas. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Após reunião com Pacheco, Padilha diz que governo busca solução para dívida de Minas com União

Poder Executivo | **08/04/2024 – 16h35min**

Depois de uma reunião para azeitar a relação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, afirmou que o governo vai se empenhar para ajudar na solução da dívida de Minas Gerais com a União, estimada em torno de R\$ 160 bilhões. O tema é prioritário para Pacheco, que planeja se candidatar ao governo do Estado em 2026. Em conversa com jornalistas, ao lado de Pacheco, Padilha enfatizou que a União também vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que prorogue o prazo para Minas aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e negociar sua dívida com a União, que vence no dia 20. Ciente da pressa de Pacheco, Padilha reforçou que o governo quer acelerar o diálogo com os Estados em busca de uma solução por uma proposta que ajude na repactuação da dívida de todos os entes. Ele também disse que as ideias propostas pelo presidente do Senado, como a apresentação de ativos e recebíveis de Minas para redução de juros da dívida, serão consideradas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Toffoli: Ação sobre responsabilização de 'big techs' será encaminhada a julgamento até fim de junho

Poder Judiciário | **09/04/2024 – 14h47min**

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que vai encaminhar para julgamento, até o fim de junho, a ação que discute a responsabilização das plataformas digitais por não removerem conteúdos indevidos. A decisão do relator de movimentar o processo se dá em meio aos ataques do bilionário Elon Musk, dono da rede X (antigo Twitter), ao ministro Alexandre de Moraes. Em nota, o ministro afirmou que o processo chegou a ser liberado em maio de 2023, mas acabou adiado, diante de "solicitação para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, de novas regras dispendo sobre a matéria". Como o PL das Redes Sociais acabou não sendo analisado pelo Legislativo, a ideia é que o caso volte à pauta do Supremo, em data ainda a ser definida pelo presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

A decisão do STF e os limites à solicitação de RIFs ao Coaf

Poder Judiciário | **09/04/2024 – 13h35min**

No dia 2 de abril, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Ministério Público (MP) e Autoridades Policiais podem solicitar Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), sem

autorização judicial. O precedente foi firmado no julgamento de uma reclamação ajuizada MP do Pará contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou ilícita a requisição de RIFs sem ordem do Poder Judiciário. Os RIFs são documentos elaborados pelo COAF a partir de informações de operações atípicas enviadas por instituições financeiras e outros setores obrigados por lei a colaborar com a política de prevenção à lavagem de dinheiro. Podem ser de duas espécies: (a) ofício ou espontâneos, difundidos às autoridades de investigação por iniciativa do próprio COAF; (b) intercâmbio, não previstos em lei, solicitados ao COAF pelo MP e polícia, quando há investigação instaurada. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF pode acelerar julgamento de duas ações que questionam Marco Civil da Internet após embate com Musk

Poder Judiciário | 09/04/2024 – 11h53min

A escalada das ameaças do X (antigo Twitter) de não cumprir decisões judiciais pode acelerar, no Supremo Tribunal Federal (STF), a retomada do julgamento de duas ações que questionam o Marco Civil da Internet. Em maio de 2023, o tema seria julgado pelo plenário da Corte, mas acabou adiado - a ideia era dar mais tempo para que o debate sobre o PL das Redes Sociais avançasse no Congresso Nacional. Nos bastidores do STF, a avaliação atual é de que isso não ocorreu na velocidade esperada e que as ameaças feitas pelo dono do X, Elon Musk, justificam que os processos sejam pautados novamente. Os relatores das ações, ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, sinalizaram a interlocutores que podem liberar o caso para pauta - e que o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, estaria inclinado a agendar uma data em breve. Porém, ainda não há previsão exata. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF derruba exigência de licença ambiental para instalação de estações de telefonia celular na Bahia

Poder Judiciário | 08/04/2024 – 07h40min

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou normas do Estado da Bahia que exigiam licença ambiental para a instalação de estações rádio-base de telefonia celular. Por unanimidade, os ministros entenderam que as regras violam a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, prevista na Constituição Federal. A decisão se deu na sessão virtual finalizada em 3/4, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7509, ajuizada pela Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel). Segundo a entidade, as normas questionadas (decreto estadual e resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente), além de prever a necessidade de licenciamento ambiental para instalação dessas estruturas de telecomunicações, inserem a atividade no campo de competência dos municípios. Assim, vários municípios baianos, como Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, estão se valendo dessas normas para legislar, fiscalizar e punir operadoras. A Acel sustentou que as normas estaduais violam a competência constitucional privativa da União para explorar e organizar os serviços de telecomunicações, bem como para legislar sobre a matéria. Argumentou, ainda, que a situação tem acarretado impactos para a organização e exploração desse serviço público federal. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Base aliada vai trocar fim de urgência de PL do Uber por calendário para aprovar texto este semestre

Poder Legislativo | 09/04/2024 – 12h48min

A base aliada do governo Lula (PT) na Câmara decidiu pedir ao presidente da Casa, o deputado Arthur Lira (PP-AL), que nomeie um relator para o projeto de lei da regulamentação dos motoristas de aplicativo, como Uber, 99 e InDrive, e estabeleça um calendário de discussão para aprovar a proposta ainda este semestre. Em troca, o Executivo retiraria o regime de urgência do texto, que trancará a pauta de plenário a partir do dia 20 de abril. Vice-líder do governo, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) disse que o projeto é bom, mas está “envolto em muitas fake news” e precisa ser melhor trabalhado pela comunicação do governo. “O projeto cria uma nova categoria, o autônomo com direitos. Não é CLT e não é MEI. É um trabalhador com maior liberdade”, disse. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que houve críticas à comunicação do projeto e que a intenção é aprova-lo na Casa antes do recesso parlamentar, em julho. “Vou dar encaminhamento para retirada da urgência desde que seja negociado o prazo de votação e o presidente defina o relator para que o texto seja melhor debatido”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad quer defender agenda de reformas econômicas nos EUA

Poder Executivo | 09/04/2024 – 12h32min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fará uma defesa da promoção de reformas econômicas durante a reunião de primavera do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. A agenda também inclui a 2ª reunião da Trilha financeira do G20, presidido pelo Brasil em 2024. A agenda de Haddad em Washington D.C. (EUA) busca avançar em temas como tributação internacional, novas agendas de finanças sustentáveis e reformas de bancos multilaterais. Ao mesmo tempo, quer mostrar que essas propostas encabeçadas pelo Brasil contam com apoio dos demais países. O titular da Fazenda viaja de São Paulo aos Estados Unidos na noite de 2ª feira (15.abr.2024) e ficará na capital norte-americana até a 6ª feira (19.abr). Os encontros incluem reuniões bilaterais e mesas de debate. A agenda de Haddad tem início no Wilson Center, na tarde de 3ª feira (16.abr), para abrir evento organizado pela Secretaria de Assuntos Internacionais da Fazenda e pelo Instituto Clima e Sociedade sobre finanças sustentáveis. O encontro terá as participações da embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Viotti, e de Mark Carney, coordenador-geral da Aliança Financeira de Glasgow para Net Zero. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo pode liberar R\$ 3 bilhões em emendas de comissão para agradar base aliada

Poder Legislativo | 09/04/2024 – 12h05min

O governo negocia com parlamentares da base a liberação de R\$ 3 bilhões, dos R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão, a fim de agradar governistas e ajudar a cumprir a meta de zerar o déficit público em 2024. O Congresso ameaçava derrubar o veto presidencial às emendas de comissão, mas, com o acordo, o governo pode preservar uma parcela de R\$ 2,6 bilhões para ajudar no controle das contas públicas. Segundo a equipe econômica, a melhora na arrecadação vai ajudar a liberar parte das emendas de comissão, reivindicadas pelos líderes governistas no ano de eleição municipal. Com isso, as emendas parlamentares vão subir de R\$ 52 bilhões para R\$ 55 bilhões. Os vetos devem ser votados pelo Congresso em sessão marcada para o dia 18 de abril. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Vice líder do governo sugere dar nome ao PL de regulamentação de motoristas para melhorar comunicação

Poder Executivo | 09/04/2024 – 12h01min

Na terça-feira (9), vice-líderes do governo Lula se reuniram com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. O deputado federal Alencar Santana (PT-SP) sugeriu a criação de um nome para o projeto de lei que visa regulamentar a profissão de motoristas de aplicativo, visando facilitar o entendimento da proposta. No vídeo, Santana fala da necessidade de uma "ofensiva de comunicação" para enfrentar as críticas que o PL tem recebido. A proposta prevê contribuição ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), auxílio-maternidade e pagamento mínimo por hora de trabalho no valor de R\$32,09 (que corresponde a um salário mínimo, hoje em R\$1.412). O projeto precisa do aval do Congresso para começar a valer. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)